



Câmara Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

REQUERIMENTO 2022

Requer ao Egrégio Plenário autorização para realização de Audiência Pública para debater sobre o estudo de reestruturação do transporte público de Taubaté.

Senhor Presidente,

Considerando que em 01 de dezembro foi assinado, em Brasília, o contrato entre o CAF –Banco de Desenvolvimento da América Latina e o município de Taubaté, no valor de US\$ 60 milhões, para a melhoria das condições de acesso ao transporte público e ao fluxo do tráfego urbano, por meio de infraestrutura viária, mobilidade urbana, segurança pública e conservação de áreas verdes;

Considerando que a apresentação dos dados preliminares do estudo de reestruturação do transporte público de Taubaté é muito importante que seja debatido antes que seja realizada as alterações, é que;

REQUEREMOS à Nobre Mesa, nos termos da Resolução nº 160/2011, ouvido o Plenário, dispensadas as demais formalidades de praxe, a autorização para realização de Audiência Pública Mobilidade com representantes da Secretarias de Finanças, Planejamento, Meio ambiente, Obras, Serviços Públicos e a empresa Consorcio Novo Tc / Taubate para tratar sobre a apresentação de dados preliminares do estudo de reestruturação do transporte público de Taubaté, estudo este, financiado pelo CAF.

- Data: 27 de junho de 2022, às 14 horas;
- Apoio da Consultoria Legislativa;
- Apoio do setor de tecnologia da informação da câmara
- Transmissão ao vivo pela TV Câmara;
- Cobertura pela imprensa
- Serviço de Copa e Segurança;

Plenário “Jaurés Guisard”, 06 de junho de 2022.

Vereador Marcelo Macedo – MDB

Vereador Alberto Barreto – PRTB

REMM Nº 006/2022-Gab - smp

Avenida Professor Walter Thaumaturgo, 208 – Centro – CEP 12030-040 – Fone (12) 3625-9500 – Fax (12) 3625-9527
E-mail: camarataubate@camarataubate.sp.gov.br – Site www.camarataubate.sp.gov.br



Autenticar documento em <http://camarasempapel.camarataubate.sp.gov.br/autenticidade> com o identificador 350035003700340039003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.